



Grant Thornton

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária Bahia Norte S.A.
Salvador – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Bahia Norte S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Bahia Norte S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA) – Informação suplementar

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital aberto e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de companhia, foram submetidas aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação aos eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizari
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Concessionária Bahia Norte S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO

Ativo circulante	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.280	28.548
Contas a receber	7	10.543	9.556
Tributos a recuperar	8	4.113	759
Despesas antecipadas		634	503
Adiantamentos		65	7
		48.635	39.373
Ativo não circulante			
Fundos restritos	6	19.811	37.912
Depósitos judiciais	9	20.578	26.484
Despesas antecipadas		14	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	8.380	4.159
Imobilizado	10	3.665	3.552
Intangível	11	880.424	884.860
Direito de uso	14	4.031	4.710
		936.903	961.677
Total do ativo		985.538	1.001.050

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante			
Fornecedores	12	21.716	11.697
Empréstimos e financiamentos	13	38.567	16.917
Obrigações sociais e trabalhistas		3.836	3.838
Obrigações tributárias		2.005	2.735
Arrendamentos	14	1.776	968
Provisão para conserva especial	16	1.957	-
Outras obrigações	17	12.524	21.510
		<u>82.381</u>	<u>57.665</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	618.834	657.368
Arrendamentos	14	2.140	5.549
Provisão para contingências	15	7.174	3.538
Provisão para conserva especial	16	16.060	8.755
		<u>644.208</u>	<u>675.210</u>
Patrimônio líquido	19		
Capital social		286.000	286.000
Reservas de lucros		1.605	2.630
Prejuízos acumulados		(28.656)	(20.455)
		<u>258.949</u>	<u>268.175</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>985.538</u>	<u>1.001.050</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2022	2021
Receita líquida de serviços	20	156.215	178.365
Receita de construção	20	31.526	178.365
		187.741	178.365
Custo dos serviços prestados	21	(103.852)	(67.952)
Custo de construção	21	(31.212)	(35.731)
Lucro Bruto		52.677	74.682
Gerais e administrativas	22	(26.785)	(21.026)
Outras receitas (despesas) operacionais		1.880	40
Resultado antes do resultado financeiro, líquido		27.772	53.696
Receitas financeiras	23	8.464	4.099
Despesas financeiras	23	(47.944)	(48.579)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(11.708)	9.216
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(714)	(949)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	4.221	7.878
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(8.201)	16.145

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(8.201)	16.145
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(8.201)</u>	<u>16.145</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de incentivo fiscal</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2020	286.000	-	(33.970)	252.030
Prejuízo do período	-	-	16.145	16.145
Constituição de reserva	-	2.630	(2.630)	-
	-----	-----	-----	-----
Em 31 de dezembro de 2021	286.000	2.630	(20.455)	268.175
Prejuízo do período	-	-	(8.201)	(8.201)
Destinação:				
Utilização saldo reserva (Lucro Exploração)	-	(1.025)	-	(1.025)
Absorção prejuízos com reserva de lucros	-	(1.605)	1.605	-
	-----	-----	-----	-----
Em 31 de dezembro de 2022	<u>286.000</u>	<u>-</u>	<u>(27.051)</u>	<u>258.949</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(11.708)	9.216
Ajustes			
Margem de construção		(314)	(361)
Depreciação e amortização		59.887	32.154
Juros e variações monetárias, líquidas		43.324	40.537
Provisão para contingências	15	3.636	2.815
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	7	(120)	91
Provisão para conserva especial	16	9.262	1.011
Baixa do imobilizado e intangível		-	151
Destinação para reservas		(1.025)	-
Juros Capitalizados		-	(431)
Resultado ajustado das operações		<u>102.942</u>	<u>85.183</u>
Variação dos ativos e passivos			
Contas a receber	7	(553)	(373)
Adiantamento a fornecedores		-	(7)
Despesas antecipadas		(145)	980
Tributos a recuperar		(3.354)	(81)
Depósitos judiciais		5.906	(1.644)
Adiantamentos		(58)	(472)
Fornecedores		10.019	(21.340)
Obrigações tributárias		(1.444)	96
Obrigações sociais e trabalhistas		(2)	(357)
Outras obrigações	17	(8.986)	18.610
		<u>104.325</u>	<u>80.595</u>
Juros pagos		(43.368)	(41.036)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>60.957</u>	<u>39.559</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições líquidas ao intangível	11	(52.882)	(34.687)
Adições líquidas ao imobilizado	10	(641)	(1.944)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimentos		<u>(53.523)</u>	<u>(36.631)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de financiamentos e debêntures	13	(16.266)	(7.742)
Utilização (adição ao) do fundo restrito	6	18.101	(613)
Captação/Baixas de arrendamento	14	(4.537)	-
Caixa líquido consumido pelas das atividades de financiamentos		<u>(2.702)</u>	<u>(8.355)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		4.732	(5.427)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		<u>28.548</u>	<u>33.975</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		<u>33.280</u>	<u>28.548</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Receita de serviços	171.141	192.063
Receita de construção ICPC 01-R1	31.526	-
	202.667	192.063
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(544)	(39.572)
Custo de construção ICPC 01-R1	(31.212)	-
Serviços de terceiros e outros operacionais	(30.694)	(35.458)
Valor adicionado bruto	140.217	117.033
Depreciação e amortização	(58.516)	(29.812)
Apropriação de seguros	(1.662)	(1.379)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	80.039	85.842
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	8.464	4.099
Outros	1.880	-
Valor adicionado total a distribuir	90.383	89.941
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	25.059	19.908
Benefícios	15.823	13.921
FGTS	7.780	4.978
	1.456	1.009
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	15.370	7.844
Estaduais	6.721	(96)
Municipais	29	-
	8.620	7.940
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	58.155	48.673
Aluguéis	47.798	48.389
Outras	413	269
	9.944	15
Remuneração de capitais próprios		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(8.201)	16.145
	(8.201)	16.145
Valor adicionado distribuído	90.383	92.570

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Bahia Norte S.A. (“Bahia Norte” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede e foro em Salvador, no Estado da Bahia, que tem como objeto social, especificamente e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas (“sistema rodoviário”), tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba) e o “Poder Concedente”, pelo prazo de 25 anos.

Desde 28 de abril de 2021, a Companhia é controlada diretamente pela Verona Holding e Participações Societárias S.A. (“Verona”) e indiretamente pela Monte Rodovias S.A. (“Monte Rodovias”), as quais possuem 100% de participação no capital social da Companhia.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099 com extensão de 11,20 km, para a Concessionária construir, operar e manter a rodovia, que será denominada Via Metropolitana Camaçari Lauro de Freitas (VMCLF). A rodovia foi inaugurada em 19 de junho de 2018. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, fica aditado em 05 anos a vigência do contrato, passando de 25 para 30 anos.

1.1. Procedimento arbitral

Em agosto de 2017, a CBN foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC”) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) e pela OAS S.A. – Em Recuperação Judicial (“OAS”), via o Consórcio Construtor BA 093, constituído para realização das obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, alegando, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. Em 18 de agosto de 2017, a Companhia apresentou resposta ao Requerimento de Instauração do Procedimento Arbitral, informando que apresentaria pleitos reconventionais contra o Consórcio Construtor. Em 1º de outubro de 2020, o Tribunal Arbitral emitiu a Ordem Processual nº 14, na qual deferiu a substituição do assistente técnico e testemunhas da Companhia. Em 08 de janeiro de 2021, a Companhia apresentou manifestação em atenção à ordem processual nº 14. Em 13 de janeiro de 2021, o Tribunal Arbitral emitiu a Ordem Processual nº 15, na qual foi redesignada audiência para apresentação do caso e oitivas de prova oral. Em 22 de janeiro de 2021, foi apresentado pelo Consórcio Construtor manifestação em atenção à ordem processual nº 15. Em 22 de fevereiro de 2021, o Tribunal Arbitral emitiu a Ordem Processual nº 16, na qual foi redesignada audiência de instrução para apresentação do caso e oitivas de prova oral para os dias 20 a 24 de setembro de 2021.

Em 15 de março de 2021, foi apresentado pelo Consórcio Construtor e contra laudos em atenção à manifestação da Companhia apresentada em 08 de janeiro de 2021. Em 13 de maio de 2021, o Tribunal Arbitral emitiu a Ordem Processual nº 17, na qual indeferiu o pedido de desentranhamento dos documentos e deferiu pedido subsidiário das Requerentes. Em 31 de maio de 2021, as Requerentes apresentaram manifestação em atenção à Ordem Processual nº 17. Em 08 de setembro de 2021, o Tribunal Arbitral emitiu a Ordem Processual nº 18, na qual foi redesignada audiência de instrução para apresentação do caso e oitivas de prova oral para a semana do dia 06 a 10 de dezembro 2021.

Em 6 de dezembro de 2021, foi realizado o primeiro dia da audiência, com a exposição do caso pelas Partes e o depoimento de seus representantes legais. Em 7 de dezembro de 2021, a Secretaria, a pedido do Tribunal Arbitral, informou a suspensão da audiência nos dias 7 e 8 de dezembro de 2021, por motivos pessoais da Árbitra Presidente. Em 8 de dezembro de 2021, a Árbitra Presidente comunicou a suspensão da audiência nos dias 9 e 10 de dezembro de 2021. Em 17 de dezembro de 2021, o Tribunal Arbitral emitiu Ordem Processual nº 20, na qual informou que a audiência de instrução teve continuidade nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2022 e deferiu o pedido das Partes para que as testemunhas técnicas que tratarão do tema “pavimentos” sejam ouvidas em data futura. De acordo com o contrato de compra e venda da CBN, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CBN, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CBN, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias.

O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, ao final de sua fase instrutória, aguardando a realização de perícia de engenharia, deferida pelo Tribunal Arbitral. No que se refere aos resultados, a Administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do Procedimento Arbitral.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de outros ativos e passivo financeiros é ajustado para refletir a mensuração a valor justo.

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico que atua (“a moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela Administração em 22 de março de 2023.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor (Nota Explicativa nº 5).

2.3. Ativos financeiros

2.3.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (esses são classificados no ativo não circulante). Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” (Nota Explicativa nº 5), “Aplicações financeiras” (Nota Explicativa nº 5), “Contas a receber” (Nota Explicativa nº 7), “Depósitos judiciais” (Nota Explicativa nº 9) e “Fundos restritos” (Nota Explicativa nº 6).

2.3.2. Reconhecimento e mensuração

Os ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são posteriormente mensurados e contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Os registros do contas a receber são realizados pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 60 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída Provisão Esperada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

2.5. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar avaliadas ao custo, líquidas das apropriações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e custo de captação de financiamentos ainda não liberados.

2.6. Depósitos judiciais

Trata-se basicamente de depósitos judiciais realizados para ações de desapropriação e indenizações de benfeitorias na faixa de domínio, cujo objeto mais significativo são as áreas situadas na Via Metropolitana Camaçari Lauro de Freitas, além de processos cíveis e trabalhistas.

2.7. Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. Se o prazo de realização é equivalente a um ano ou menos os demais ativos são classificados no ativo circulante, do contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	05
Máquinas e equipamentos	03 – 05
Veículos	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota Explicativa nº 10).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

2.9. Intangível

2.9.1. Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), relativo à estimativa do valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito aos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas, e poderá vir a afetar os saldos registrados.

A vida útil estimada dos ativos remanescentes também exige pressupostos e estimativas, onde alterações nas circunstâncias futuras, poderiam afetar a vida útil remanescente dos ativos intangíveis e podem ter um impacto significativo nos resultados de operações futuras (Nota Explicativa nº 11).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações da Companhia. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo (Nota Explicativa nº 11).

Os juros referentes aos financiamentos, que são diretamente atribuíveis à construção, são capitalizados como parte do ativo intangível, líquido dos fundos restritos, conforme CPC 20 (R1) – “Custos de empréstimos”.

2.10. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (Nota Explicativa nº 13).

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante (Nota Explicativa nº 12)

2.12. Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa do imposto de renda e da contribuição social do exercício compreende os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia constitui imposto de renda e contribuição social ativo do diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, uma vez que, possui evidências suficientes para comprovar a existência de disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais não utilizados.

2.14. Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido (Nota Explicativa nº 19).

2.15. Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as suas atividades. A Companhia baseia suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço.

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(i) Receita de contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com os itens 13 e 14 da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – “Contratos de concessão”, segundo o método de custo acrescido de margem. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem.

A receita é reconhecida pela margem anual de 1% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

2.16. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023.

- Classificação dos passivos como circulante e não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Com base em premissas, a Administração da Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) **Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros**

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de maneira confiável.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas pela Administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* dos ativos não financeiros.

b) **Reconhecimento de receita**

Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção, a Companhia utilizou o custo total incorrido mais margem de lucro estimada pela Administração, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

A margem de construção foi definida considerando a divisão entre os custos de monitoramento e gestão despendidos pela Companhia e o total de investimentos previstos, conforme fundamentado por avaliação da engenharia da Concessionária.

c) Determinação da amortização de ativos intangíveis

A Companhia estimou como base para amortização a curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece esse método como o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa prática também utilizada pelas principais Companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Os demais ativos, com vida útil inferior ao prazo de concessão, são amortizados pelo método linear de acordo com sua vida útil econômica.

d) Passivo contingente

A Companhia reconhecerá passivo contingente sempre que a perda puder ser razoavelmente estimada. Na hipótese em que o montante envolvido não possa ser razoavelmente estimado, toda e qualquer informação relevante será divulgada, em nota explicativa, expondo os riscos em que a Companhia está sujeita.

e) Imposto de renda e contribuição social

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia a expõe aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de elevação da taxa de juros. A gestão de risco se concentra na antecipação de ações em momentos de imprevisibilidade dos mercados financeiros e buscando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco realizada pela Companhia é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude de eventual possibilidade de não conseguir honrar seus compromissos operacionais e financeiros pela ausência de caixa; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de não conseguir garantias ou novos financiamentos perante instituições financeiras.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de políticas de preservação de margem operacional através de eficiência na gestão de recursos além de mecanismos de manutenção de caixa mínimo, visando sempre se antecipar a eventuais variações de mercado que expor seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

Revisão das projeções de caixa são realizadas de forma contínua, sempre com premissas conservadoras, de modo a assegurar a capacidade da companhia em honrar suas necessidades operacionais e financeiras. A companhia buscar preservar caixa mínimo suficiente para assegurar a operação em caso de eventuais flutuações de mercado.

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, na não obtenção de novos financiamentos / garantias em função do mercado e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia situação de mercado continuamente e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela administração como de primeira linha.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira pode ser assim sumariado:

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	13	657.401	674.285
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(33.280)	(28.548)
(-) Fundos restritos	6	(19.811)	(37.912)
Dívida líquida		604.310	607.825
Total do patrimônio líquido	19	258.949	268.175
Total do capital próprio e de terceiros		863.259	876.000
Índice de alavancagem financeira - %		70%	69%

4.3. Instrumentos financeiros por categoria

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

	Nota	Mensurados ao custo amortizado	
		31/12/2022	31/12/2021
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	5	33.280	28.548
Fundos restritos	6	19.811	37.912
Contas a receber	7	10.543	9.556
Total		63.634	76.016
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	13	657.401	674.285
Fornecedores	12	21.716	11.697
Arrendamentos	14	3.916	6.517
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	17	12.524	21.510
Total		695.557	714.009

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	3.069	8.127
Aplicações financeiras (a)	30.211	20.421
Total	33.280	28.548

(a) A Companhia mantém aplicações financeiras, em sua maioria do tipo CDB, de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa entre 98% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Fundos restritos

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 19.811 (R\$ 37.912 em 31 de dezembro de 2021), registrado no ativo não circulante da Companhia, refere-se aos montantes mantidos em contas bancárias, condicionados a resgates exclusivos, para eventual pagamento de parcelas dos financiamentos (conforme Nota Explicativa nº 13), e são remunerados pela variação do CDI (entre 98% e 99%).

7. Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Meios de pagamentos eletrônicos (i)	9.801	9.349
Vale pedágio	196	262
Receitas acessórias	553	65
Outros	(7)	-
(-) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	-	(120)
Total	10.543	9.556

(i) As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Movimentação da PECLD

Saldo em 31 de dezembro de 2021	(120)
(-) Baixas	120
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-

8. Tributos a recuperar

	2022	2021
IRRF sobre aplicações financeiras (a)	3.012	380
Saldo negativo IRPJ	134	134
Outros	967	245
Total	4.113	759

(a) A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa.

9. Depósitos judiciais

	Trabalhistas	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	155	26.329	26.484
(+) Adições	213	11.267	11.480
(-) Baixas	-	(17.386)	(17.386)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	368	20.210	20.578

10. Imobilizado

	31/12/2022		31/12/2021	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado em andamento	4	-	4	-
Máquinas e equipamentos	1.155	(188)	967	946
Móveis e utensílios	1.444	(1.064)	380	445
Equipamentos de informática	4.066	(3.115)	951	1.034
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.418	(378)	1.040	1.096
Veículos	361	(38)	323	31
Total	8.448	(4.783)	3.665	3.552

Movimentação do imobilizado

Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.552
(+) Adições	702
(-) Baixas	(61)
(-) Amortizações	(528)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.665

11. Intangível

	31/12/2022		31/12/2021	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura				
Edifícios e instalações	167.552	(39.235)	128.317	125.163
Direito de concessão de serviços públicos	93.173	(12.769)	80.404	84.290
Pavimentações	824.729	(312.476)	512.253	555.018
Hardware e equipamentos de pedágio	25.647	(11.319)	14.328	14.954
Desapropriações	50.158	(8.689)	41.469	43.299
Máquinas e equipamentos	-	-	-	5.132
Meio ambiente e elementos de segurança	47.011	(11.143)	35.868	38.698
Móveis e utensílios	12.954	(8.046)	4.908	-
Obras em andamento	58.414	-	58.414	13.780
Total	1.279.638	(403.677)	875.961	880.334
Outros intangíveis				
Softwares	1.059	(771)	288	246
Marcas e patentes	46	-	46	46
Adiantamento a fornecedores e outros	4.129	-	4.129	4.234
Total	5.234	(771)	4.463	4.526
Total	1.284.872	(404.448)	880.424	884.860

Contrato de concessão – infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2021	884.860
(+) Adições	52.912
(-) Baixas	(30)
(-) Amortizações	(55.103)
(+/-) Transferências	(2.215)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	880.424

12. Fornecedores

A Companhia se utiliza de operações com o FIDC para alongamento do prazo de pagamento de fornecedores, sendo doze meses, o prazo médio para o alongamento. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo total de fornecedores é de R\$ 21.716 (R\$ 11.697 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$ 14.981 referem-se a títulos cedidos ao FIDC, reconhecidos a valor presente. O saldo de fornecedores portanto, tem sua flutuação aumentada devido a contratação dessas operações. Em dezembro de 2021, não havia saldo de fornecedores com títulos nesta modalidade, em função de quitação ocorrida em novembro do mesmo ano. Em 2022, essa operação está sendo recomposta, com estimativa de liquidação do saldo total até 31/12/2023. Os juros reconhecidos no período, foram obtidos a partir da aplicação da taxa CDI +9.

13. Empréstimos e financiamentos

Contratante	Instituição financeira	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros		
					31/12/2022	31/12/2021
CBN (i)	BNB	2031	R\$	10% a.a.	240.435	243.996
CBN (ii)	BNB	2034	R\$	8,24% a.a.	182.085	184.151
CBN (iii)	BNB	2032	R\$	2,5% a.a.	169.157	171.811
CBN (iv)	BNB	2026	R\$	TJLP + 4% a.a.	4.177	5.426
CBN (v)	Desenbahia	2024	R\$	CDI+4% a.a.	15.964	19.223
CBN (vi)	Desenbahia	2031	R\$	10% a.a.	17.564	19.405
CBN (vii)	Desenbahia	2031	R\$	TJLP+3% a.a.	8.893	9.502
CBN (viii)	Desenbahia	2032	R\$	TJLP+3% a.a.	20.633	21.911
Custos de captação e estruturação			R\$		(1.507)	(1.140)
Total					657.401	674.285
Passivo circulante					38.567	16.917
Passivo não circulante					618.834	657.368

- (i) Firmado pela CBN em 10 de agosto de 2011, no valor de R\$ 254.139 liberados em 08 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses, o contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (ii) Firmado pela CBN em 26 de novembro de 2014, no valor de R\$ 181.905, liberado em 07 parcelas, com prazo de 240 meses, com carência de 36 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (iii) Firmado pela CBN em 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 188.435, liberados em 06 parcelas. O prazo é de 240 meses, com carência de 30 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (iv) Firmado pela CBN em 29 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses;
- (v) Firmado pela CBN em 15 de agosto de 2016, no valor de R\$ 26.000, com prazo de financiamento de 72 meses, após carência de 24 meses;
- (vi) Firmado pela CBN em 12 de agosto de 2011, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (vii) Firmado pela CBN em 15 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.000, com prazo de financiamento de 240 meses, após carência de 30 meses; e
- (viii) Firmado pela CBN em 21 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato.

a) Custo de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

b) Garantias

As garantias da CBN para os empréstimos obtidos junto ao Desenbahia e BNB são penhora de ação, direitos creditórios e emergentes, fundo de liquidez em conta reserva e fiança corporativa;

c) Cláusula restritivas (“covenants”)

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas (“covenants”), as quais foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2022.

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2021	674.285
(+) Juros incorridos	42.750
(-) Juros pagos	(43.368)
(-) Amortizações	(15.799)
(+/-) Custos da transação	(467)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	657.401

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

2023	42.234
2024	49.880
2025	51.627
2026	52.245
2027 em diante	461.415
Total	657.401

14. Direito de uso e arrendamentos

A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2).

O reconhecimento inicial considerou taxas de juros anuais obtidas utilizando como critério taxas médias de captação sendo 6,0% para a CBN.

Os principais contratos de arrendamento referem-se a: guinchos, varredeira, pipa, ambulância e veículos operacionais e administrativos.

Direito de uso (ativo)

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.710
(+) Adições	5.330
(-) Amortizações	(2.041)
(-) Baixas	(4.710)
(-/+ Transferências	742
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.031

Arrendamento (passivo)

Arrendamento	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante	1.776	968
Passivo não circulante	2.140	5.549
Total	3.916	6.517

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.517
(+) Adições	5.330
(-) Apropriação de juros	574
(-) Baixas	(8.505)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.916

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA de 5,79% a.a. para o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 divulgado pelo IBGE, e representam os seguintes montantes:

Passivo de arrendamento

Fluxo real	
Passivo de arrendamento	3.916
Despesa financeira	574
Fluxo inflacionado	
Passivo de arrendamento	3.970
Despesa financeira	582

A Companhia não possui outros ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – Arrendamento.

15. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeiram o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa em atendimento ao Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	5.490	2.991
Trabalhistas	1.617	547
Tributárias	18	-
Outras	49	-
Total	7.174	3.538

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, tem ações envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 386.437 (R\$ 9.902 em 31 de dezembro de 2021).

16. Provisão para conserva especial

Em 31 de setembro de 2022, a Companhia apresentava saldo R\$ 18.017 (R\$ 8.755 em 31 de dezembro de 2021), referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 12,3% a.a.

17. Outras obrigações

	31/12/2022	31/12/2021
Cotas de FIDC a pagar (a)	9.089	18.134
Outras obrigações (b)	3.435	3.376
Total	12.524	21.510

(a) Obrigação referente à cessão a título oneroso de 14.555 cotas subordinadas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), adquiridas em 28 de dezembro de 2021. Em 26 de outubro de 2022, foram parcialmente liquidadas no montante de R\$ 9 milhões; e

(b) Correspondem em sua maior parte a adiantamento de clientes.

18. Impostos de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía saldo de impostos diferidos ativos líquidos no montante de R\$ 8.380, calculados sobre prejuízos fiscais e outras diferenças temporárias, à alíquota de 34%. Os saldos do ativo diferido líquido apresentam-se como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
IR e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	21.615	22.016
IR e CSLL sobre margem de construção e diferença fiscal temporária	(13.235)	(17.857)
Ativo diferido, líquido	8.380	4.159

O saldo de prejuízos fiscais acumulado em 31 de dezembro de 2022 totalizava R\$ 63.572.

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa conforme o quadro a seguir:

Prazos de vencimento	
Período	
2023	1.403
2024	870
2025	793
2026 em diante	18.549
Total	21.615

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2022	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(11.708)	9.216
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) à alíquota de 34%	3.981	(3.133)
Adições/exclusões permanentes	(693)	5.323
Adições/exclusões temporárias	85	4.616
Outras adições/exclusões (margem de construção de construção)	135	123
IR e CSLL diferidos constituídas no exercício	4.221	7.878
IR e CSLL corrente constituídas no exercício	(714)	(949)
Total de IR e CSLL no resultado	3.507	6.929

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 286.000, formado por 367.759.706 ações ordinárias e sem valor nominal.

b) Reservas legal e de lucros

i) A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital; e

ii) Reservas de incentivos fiscais

Consoante Ato Declaratório Executivo no 006235032, de 09 de outubro de 2019, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 1º de janeiro de 2017 e término em 31 de dezembro de 2026, na forma do artigo 1º da MP no 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei no 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei no 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo no 0091/2017, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, constante do processo administrativo fiscal no 59334.000154/2017-9.

Referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão Patrocinada com o Governo do Estado da Bahia (Contrato CGBA-001/2010), do setor de infraestrutura - transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, com início do prazo de vigência em 1º de janeiro de 2017 e término em 31 de dezembro de 2026.

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei no 11.941/09, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 2.630 referente à subvenção em conta de resultado e o destinou à Reserva de Incentivos Fiscais.

A Companhia apresentou um Lucro da Exploração no montante de R\$ 1.025 no exercício de 2022.

20. Receita líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de pedágio	167.445	152.287
Receitas acessórias	4.547	3.684
Impostos e contribuição sobre serviços	(14.926)	(13.698)
Outras deduções	(851)	-
Receita líquida de serviços	156.215	142.273
Receita de construção	31.526	36.092
Receita líquida	187.741	178.365

21. Custos dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Custos de pessoal	(19.561)	(13.934)
Serviços de terceiros	(11.314)	(13.398)
Materiais, equipamentos e veículos	(3.438)	(3.350)
Gastos gerais	(2.387)	(2.169)
Custos contratuais da concessão	-	(5.379)
Provisão de conserva especial	(9.262)	-
Depreciação e amortização	(57.890)	(29.398)
Outros custos operacionais	-	(324)
Custos dos serviços prestados	(103.852)	(67.952)
Custos de construção	(31.212)	(35.731)
Total	(135.064)	(103.683)

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e OCPC 05.

22. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de pessoal	(8.299)	(8.037)
Serviços de terceiros	(3.584)	(9.163)
Materiais, equipamentos e veículos	(485)	-
Gastos gerais (a)	(13.791)	(2.635)
Depreciação e amortização	(626)	(414)
Honorários da diretoria	-	(777)
Total	(26.785)	(21.026)

(a) A flutuação vista em gastos gerais, em sua quase totalidade refere-se a gastos com: provisão para contingências, repasses contratuais para agências reguladoras e contratação de seguros.

23. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2022	31/12/2021
Descontos obtidos	112	30
Rendimentos de aplicação financeira (a)	6.243	2.430
Atualização monetária ativa	277	1.639
Outras receitas financeiras	1.832	-
Receitas financeiras	8.464	4.099
Juros de empréstimos e financiamentos	(42.750)	(43.656)
Juros de contratos de arrendamento	(574)	-
Outras despesas financeiras	(4.620)	(4.923)
Despesas financeiras	(47.944)	(48.579)
Resultado financeiro, líquido	(39.480)	(44.480)

(a) A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa.

24. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(8.201)	16.145
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	367.760	367.760
(Prejuízo) lucro por ação - em reais	(22)	44

25. Contratos

Contrato de concessão

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba), e a Concessionária Bahia Norte (Companhia), tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário “Concessão” dos trechos: BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, mediante a prestação de serviço pela Concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099 denominado de Via Metropolitana, para ser construído pela Concessionária e aditado em 05 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos além de 03 parcelas de reequilíbrios tarifário.

Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil.

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- **Implantação de terceiras faixas;**
- **Duplicação;**
- **Implantação de acostamento;**
- **Implantação de passarelas para pedestres;**
- **Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos; e**
- **Instalação de cabines de pedágio.**

A CBN pleiteia junto ao poder concedente, revisar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de modo a solucionar diversos eventos de reequilíbrios contratuais pendentes e favoráveis à Concessionária, relativos à investimentos adicionais não previstos no escopo contratual original, bem como o ajuste do tráfego real em relação ao projetado nos fluxos de caixa marginais firmados, e cuja matriz de risco é alocada ao Poder Concedente.

26. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro a seguir:

Modalidade	Riscos operacionais	Responsabilidade civil geral	Responsabilidade civil - D&O	Seguro garantia	Veículos
Vigência					
CBN	Dezembro 2023	Dezembro 2023	Agosto 2023	Agosto 2025	Setembro 2023
Cobertura					
CBN	250.000	40.000	40.000	43.946	110% tabela FIPE

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

27. Eventos subsequentes

Empréstimos e financiamentos

Em 26 dezembro de 2022, foi assinado o contrato junto ao Banco do Nordeste para obtenção de recursos financeiros para capital de giro no montante de R\$10.000...

Em 30 de dezembro de 2022, foi assinado o contrato junto ao Banco do Nordeste para obtenção de recursos financeiros para financiamento de obras de infraestrutura dos ativos no montante de R\$ 104.978.

Coisa Julgada em Matéria Tributária

Em decisão unânime por ocasião do julgamento dos recursos extraordinários - RE 955227 (Tema 885) e RE 949297 (Tema 881), em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou a tese de que uma decisão final, mesmo transitada em julgado nas relações tributárias deixará de possuir eficácia caso: (i) verse sobre tributos recolhidos de forma continuada; e (ii) o próprio STF fixe entendimento posterior em sentido contrário, em sede de repercussão geral. Na prática, caso o contribuinte não recolha determinado tributo por possuir a seu favor decisão definitiva que considere determinado tributo inconstitucional, deverá voltar a recolher tal tributo, respeitada a irretroatividade e anterioridade, após decisão do mesmo STF em sentido contrário.

A Administração da Companhia avaliou a decisão e não identificou efeito e possíveis impactos relevantes que, consequentemente, deveriam ser registrados e/ou relatados nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Pleito de Reequilíbrio Tarifário

Em janeiro de 2023, o processo de revisão do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão obteve avanço relevante. Após a consolidação pelo Poder Concedente e a análise jurídica e financeira de eventos que compõem o escopo do trabalho, resta tão somente a validação do cenário de recomposição mais adequado frente à realidade da Concessionária com a posterior validação e assinatura do Termo Aditivo ao Contrato. O processo de análise permanece em andamento até o presente momento.

* * *